



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quiêse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 51/79, de sua autoria que visa dar nova redação ao Art. 1.º da Lei n.º 6.628, de 17/10/74 que declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Surdos-Mudos do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ LAURO PINAFFE, Vereador da Cidade de Itaguagé - PR, ocorrido em Itaguagé - PR.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à Excelentíssima família enlutada, residente em Itaguagé - PR e à Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

e com o apoio do Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar na ata dos trabalhos desta Casa, pelo passamento, recentemente, na cidade de Jacarezinho, do Senhor Pio Gomes de Oliveira.

O extinto era pioneiro naquela cidade, dedicando-se à pecuária e agricultura. Era pessoa de larga amizade, graças a sua dedicação às atividades filantrópicas e culturais da cidade de Jacarezinho. O Senhor Pio Gomes de Oliveira era pai do ex-Prefeito Nelson Gomes de Oliveira, bem como dos Delegados de Polícia, Doutores Newton Gomes de Oliveira e Natel Gomes de Oliveira.

Da deliberação desta Casa, requer ainda que seja dado ciência à família enlutada na cidade de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(aa) WILSON FORTES e PALÁCIOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, seja aprovado um voto de regozijo à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, pela nova regulamentação da profissão de jornalista.

Da decisão do Plenário, requer seja dado ciência ao Jornalista Ayrton Baptista, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, em Brasília, Distrito Federal, Edifício Serra Dourada, conjuntos 714/15.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Um dos últimos atos do Presidente Ernesto Geisel foi assinar o decreto n.º 83.284, de 13 de março de 1979, dando nova regulamentação ao Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

A nova regulamentação culmina esforços desenvolvidos pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e pelos Sindicatos filiados há já quase dez anos, tendo em vista aprimorar não só o Decreto-Lei n.º 972, como a sua regulamentação. Orienta esse esforço, principalmente, o sentido de alijar da profissão a figura do provisionado e a presença incômoda do estagiário, fatores do aviltamento dos salários profissionais dos velhos jornalistas e dos bacharéis em jornalismo.

Embora não constitua o ideal, por causa de peculiaridades regionais que impuseram tratamento especial ainda para o provisionado em estados onde não haja curso de Comunicação Social, opção jornalismo, a nova regulamentação também às alterações resultantes da Lei n.º 6.612, de 7 de dezembro de 1978, constitui o passo decisivo em busca da definitiva organização da profissão de jornalista em bases reais, podendo contribuir ainda significativamente, para sanear o mercado de trabalho, assegurando nele apenas a presença de profissionais qualificados, com estímulos ponderáveis à melhoria salarial.

Considero da maior importância o trabalho desenvolvido pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, que tem na presidência, para orgulho nosso, do Paraná, o jornalista Ayrton Baptista, a quem toda a classe rende sua homenagem pelo esforço e pela dedicação com que vem dirigindo os destinos daquela entidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

ções, REQUER a consignação de um voto de congratulações e aplausos à Liga Amor e Caridade, pertencente ao Centro Espírita Ildefonso Correia, pela passagem de seus 31 anos de fundação, ocorrido na semana passada. Requer, também, que se dê ciência da manifestação deste plenário àquela entidade, localizada na Avenida Visconde de Guarapuava, 5434, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Esta liga, há muitos anos, assiste à famílias desamparadas, dando especial atenção à parturientes carentes de recursos, dando assistência médica e contribuindo para a formação de enxovais dos recém-nascidos. Presta, igualmente, outros tipos de assistência social de grande utilidade e alcance à famílias necessitadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos de um voto de aplausos à realização do Campeonato Paranaense de Beisebol e à equipe campeã que coube à Nova Esperança.

Este campeonato reuniu representantes dos municípios paranaenses de maior expressão, onde é praticada esta modalidade esportiva, congregando jovens até 14 anos. Este certame desportivo propiciou não apenas o melhor entrosamento entre os esportistas juvenis, mas serviu para que outras formas de campeonatos tivessem estímulo.

Ao requerer a consignação deste voto de aplausos aos jovens, fazemo-lo primeiramente porque neste ano internacional da criança, vemos que se dá apoio àqueles que amanhã serão os brasileiros, responsáveis pelos destinos desta Pátria. Em segundo lugar, porque vemos no esporte a melhor forma de propiciar uma educação da disciplina e uma formação do corpo e do espírito, tão indispensáveis na vida de um homem.

Ao inserir este aplauso aos jovens de Nova Esperança, equipe que com sacrifício, mas com amor, conquistou o troféu, sentimo-nos orgulhosos, porque muitos dos pequenos desportistas lutam com sacrifícios e muitos de seus pais procuram educar seus filhos com dificuldades, mas não pouparam esforços para se representarem neste campeonato estadual.

Outrossim, requer ainda, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e Esportes, à Associação Paranaense de Beisebol e à Associação de Beisebol de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Responsável pela administração do mais popular dos esportes brasileiros, neste Estado, a Federação Paranaense de Futebol tem conduzido com equilíbrio e bom senso os interesses de clubes e torcedores, sob a direção da equipe de trabalho liderada pelo Sr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro. Na gestão desse emérito desportista, o futebol profissional do Paraná ganhou maturidade e passou a ser respeitado nacionalmente. Graças ao trabalho desenvolvido, foi superada a fase nebulosa em que, curvada diante de congêneres e de órgãos de administração superior, a Federação Paranaense de Futebol enfrentava várias limitações, e hoje, com muita justiça, recebe o respeito de tantos quantos tem afinidade com a atividade do esporte. Com cinco clubes no campeonato brasileiro, destacada média de arrecadação a nível nacional e com estimulantes perspectivas para o futuro imediato, o futebol profissional tem conseguido ser instrumento de divulgação e promoção do Paraná forte, que nos orgulha e gratifica. A obra de Motta Ribeiro e

seus companheiros de diretoria, em dois períodos administrativos, marca nova etapa neste 19 de abril, com a inauguração da nova sede própria da Federação Paranaense de Futebol, a par do conceito restaurado de que goza junto a todos os setores da vida pública esportiva. Por essas razões, regimentalmente, REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário desta Casa, um voto de regozijo à Federação Paranaense de Futebol pelo evento já anunciado. Da decisão do Plenário, requeiro seja cientificado o presidente daquela entidade, Sr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e prerrogativas regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, um voto de repúdio à apreensão da edição n.º 32, do Jornal "HOJE" — Foz do Iguaçu (PR), de 19 a 26 de abril de 1979, com circulação em toda a região oeste do Paraná, na quantia aproximada de 6 (seis) mil exemplares.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(aa) GERNOTE KIRINUS, TÉRCIO ALBUQUERQUE e FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Ex.º Sr. Ministro dos Transportes e ao II.º Sr. Eng.º Arno Oscar Markus, Presidente da Petrobrás S.A., encarecendo às duas autoridades a importância que representa para o Estado do Paraná, a liberação dos recursos necessários e sua alocação para atender a implantação do Terminal de Fertilizantes e do aumento, em trezentos metros, do cais acostável do Porto de Paranaguá, fazendo-se chegar cópia desse expediente ao Ex.º Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao II.º Sr. Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições e atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja solicitado ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER, urgentes providências quanto as condições de trabalho, salário e moradia de inúmeros funcionários do Departamento, atuantes na conservação de estradas e limpeza das áreas que margeiam rodovias estaduais, que na sua grande maioria se deslocam dezenas e dezenas de quilômetros para trabalhar, em situação alimentar precária, percebendo salário-mínimo e pagando aluguel de moradia, em muitos casos. Tal situação vem se tornando insuportável, merecendo imediata e justa solução.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

a) — Recebendo seguidas reclamações de funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem, que atuam na conservação de rodovias, bem como limpeza das áreas que as margeiam, lotados no 8.º Distrito Rodoviário — Cascavel - PR, quanto as condições de trabalho, pois o deslocamento de suas residências até os locais das obras, implica em graves problemas de alimentação;

b) — Especificamente, funcionários residentes no interior do Município de Palotina (PR), executam trabalhos em Terra Roxa e Nova Aurora, por vezes percorrendo mais de cem qui-

lômetros, tendo que levar comida feita na noite anterior ou na madrugada, que — por força das condições climáticas da região — quando utilizadas, em determinadas ocasiões, se encontram sem condições para alimentação. Consta que três funcionários, recentemente, foram internados em hospital de Toledo (PR), com problemas alimentares (simples existência de cozinha móvel, resolveria o problema de tais funcionários);

c) — Também o problema de salário é gravíssimo. A maioria de tais funcionários recebem salário-mínimo, que com os descontos sociais e mais seguro, não reúne condições de sobrevivência. Acresce-se, ainda, que muitos pagam aluguéis diminuindo ainda mais a precária situação de tais empregados do Estado;

d) — Assim sendo, pede-se ao DER, atender os reclamos de tais funcionários, para que a política de visualizar o HOMEM em todos os setores da administração estadual não seja denegrida pelo quadro que acabamos de evidenciar, além de ser MEDIDA DE ABSOLUTA JUSTIÇA SOCIAL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Educação do Estado, solicitando urgentes providências no sentido da criação de um curso de 2.^o grau, no Distrito de São Jorge, Município de Altônia, neste Estado.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São Jorge, no Município de Altônia, destaca-se pelo extraordinário desenvolvimento encontrado nos últimos anos. Ao par de sua população estar lutando pela emancipação política, meta principal a ser alcançada nos próximos meses, ressurte-se, também, de melhores escolas para seus jovens. O distrito conta apenas com duas escolas de primeiro grau, e sua juventude tem que se deslocar até a sede do município para continuar os estudos. A medida é, portanto, necessária e urgente, merecendo a atenção dos setores responsáveis do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ex.^{mo} Sr. Dr. DOUGLAS SOUZA LUZ, Digníssimo Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando providências urgentes para a eletrificação rural no Distrito de DIAMANTE, Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Situado no progressista Município de Guaraniaçu, o Distrito de Diamante vem se destacando consideravelmente nos últimos anos, em razão do seu surpreendente crescimento demográfico, acompanhado da expansão do seu comércio e indústria, além da produção agrícola e pecuária.

Considerando que o distrito encontra-se praticamente cercado por rede de energia elétrica, inclusive situando-se na proximidade da Usina de Salto Osório, nada mais justo do que o atendimento desta reivindicação, a qual, virá, ainda, estimular a produção e um maior desenvolvimento daquele distrito, em contribuição cada vez mais expressiva à economia do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formaliza-

ções regimentais, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga, submetendo a sua apreciação e posterior estudos de sua viabilidade, a criação e instalação, por força de Lei daquele Poder, de corpo médico ou de enfermagem anexo aos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, devido ao grande número de acidentes verificados ao longo das rodovias de nosso Estado, onde não nos cabe no momento relatar se por falhas mecânicas, abuso de velocidade, ou falhas humanas, dezenas de pessoas são vítimas do trânsito, inclusive perdendo a vida.

Constatamos que na maioria dos acidentes verificados, se houvesse a prestação de atendimento médico imediato, muitas vidas poderiam ainda ser salvas, e isto nos leva a sugerir ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, estudos sobre a viabilidade, de por força de Lei do Poder Executivo Estadual, fossem criados e instalados junto aos postos de fiscalização e controle do trânsito, corpos médicos ou de enfermagem em caráter permanente, para que fossem prestados os primeiros socorros às pessoas vitimadas por acidentes de trânsito.

Tal sugestão a nível estadual, se viesse a ser acatada, temos certeza, seria uma forma de tranquilizar principalmente aqueles que fazem de nossas estradas o seu ganha-pão, bem como a família paranaense e porque não dizer brasileira, servindo de exemplo aos demais Estados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença, neste plenário, do Sr. Dr. Ivan Gubert, Diretor da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há vários dias eu estava devendo uma resposta a uma acusação superficial que fora feita por parte do Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, com referência a um requerimento meu.

No dia 6 de março deste ano, apresentei requerimento solicitando envio de ofício ao Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, solicitando informações sobre a demissão de professores.

Tal requerimento foi aprovado por esta Casa, há dias passados, o nobre Deputado Werner Wanderer fez a leitura da resposta do Prefeito Verno Scherer, onde o mesmo afirma que, quanto à alegação de que um professor teria sido forçado a assinar o Aviso Prévio carece de fundamento, pois tal expediente escuso, jamais foi usado por aquela administração, e no caso dos professores demitidos, todos receberam aviso, da Prefeitura.

Mais adiante, em sua resposta, diz o Prefeito:

"Finalmente, a afirmação de que, os professores praticamente são forçados a pertencerem ao quadro partidário da ARENA, fica isto, (segundo a resposta do Sr. Verno Scherer) tal declaração gratuita, por conta do seu autor, porquanto nada disto é verdadeiro".

Lamento ter que informar que o Sr. Prefeito Municipal Verno Scherer faz tal acusação e afirmação, não, contra este Deputado, pois o autor de tais declarações não é este Deputado, e sim, os professores prejudicados pela administração municipal, cujos depoimentos trago-os aqui comigo, estão gravados, escritos e assinados.

Não concordo com esta afirmação de que, tais declarações sejam gratuitas, porque elas partem de professores honestos.

tos, dignos e honrados e que foram prejudicados, por este mesmo Prefeito.

Entendo que o que não é verdadeiro, pode ser falso; o que não é verdade, pode ser mentira. E se houve mentira, nós a ouvimos, do Sr. Prefeito, na resposta dada ao nosso Pedido de Informações, em relação a esta afirmação, a qual ele mesmo afirma, ser gratuita.

Não posso concordar com tal afirmação.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos que, várias dispensas de professores daquele município, ocorreram simplesmente por motivos político-partidários.

Senão vejamos:

Uma professora declarou que, durante a campanha eleitoral de 1978, foi convidada, pelo Inspetor de Ensino, a votar num determinado candidato, a que ela tinha dito que iria pensar em quem deveria votar; passada a campanha eleitoral, esta mesma professora recebeu aviso de dispensa, sem justa causa; esta mesma professora declara ainda, em seu depoimento, que, nunca teve problemas com os alunos e, mesmo, com os pais destes. Até ser dispensada, esta professora lecionava para cerca de 35 alunos; hoje, esta mesma escola conta com 70 alunos, divididos em dois turnos.

Mais adiante declarou a professora, que, ainda no ano passado fora convidada não somente a votar em determinado candidato da ARENA, pelo Inspetor do Ensino, mas também a trabalhar em prol daquele candidato, ao que se recusou.

Disse, também, ser impossível a assimilação de matéria por parte dos alunos, já que as aulas, hoje, por falta de professores, são ministradas para 35 alunos, em uma mesma sala de aula, onde freqüentam alunos de primeiro, segundo, terceiro e quarto graus, ao mesmo tempo.

Houveram, isto sim, ameaças, houveram demissões sem justa causa. Figuram-se, portanto, conotações político-partidárias, em tais demissões e, a atual administração municipal não é santidade e nem encarnação da justiça, como pretende ser.

Entende que a justificativa do Prefeito Municipal Verno Scherer, de Marechal Cândido Rondon é contra os autores de declaração como esta e tantas outras, e que ela está a chamar de mentirosos os professores, prejudicando-os, o que não é justo.

Este Deputado que vos fala é testemunha, porque foi vítima da mesma perseguição, minha esposa também foi vítima dessa perseguição. Outro pastor, colega meu, foi vítima dessa perseguição. E, dizer que não houve perseguição, é calunioso e mentiroso, aquele que diz que não houve perseguição.

Tenho aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, várias testemunhas, que não vou revelar aqui o nome, porque elas mesmo me pediram, pelo amor de Deus, que não dissesse o nome, porque temem as perseguições, vejam o pavor, o terror em que vive essa nossa gente, que não pode se manifestar livremente, porque existe lá a mão forte da perseguição, do escárnio, inclusive praticado em função de manter na cúpula da prefeitura, uma minoria dominante, opressora, que não respeita a liberdade humana, nem a de pensamento.

Senhor Presidente, seria essa a justificação que eu queria apresentar hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Finalmente foi anunciada à Nação, o tão esperado "pacote de medidas anti-inflacionárias", que visa combater o alarmante aumento do índice de inflação. Aguardado com a mais justificada expectativa, face o suspense que se procurou criar

em torno do assunto as novas medidas acabaram sendo decepçantes e meras repetições das que vem sendo sistematicamente tomadas nos últimos tempos. Praticamente nada de novo. Afinal ameaças aos atravessadores — e nós que ingenuamente já, o julgávamos todos na cadeia — limitação de lucros das indústrias sob a vigilância da Comissão Intermunicipal de Preços, abertura de linhas de importação de gêneros de primeira necessidade, e até a contumaz idéia de responsabilizar os produtos hortigranjeiros pela elevação do custo de vida — antes denominada "política do chuchu" não podem ser taxadas como medidas inovadoras e não conduzem por merecer os aplausos da Nação à "imaginação criadora" dos novos governantes.

Na composição da taxa do índice inflacionário recente, em segundo lugar, se encontram os serviços públicos. Sobre estes o pacote se limitou à redução de 50 para 40 por cento das tarifas de energia elétrica residencial.

Isto representará, para o bolso do consumidor médio, que gastava Cr\$ 100,00 de energia e que passou, com o aumento de 50% a dispendir Cr\$ 150,00, uma economia de Cr\$ 10,00 por mês. Menos do que o custo de uma carteira de cigarro ou uma garrafa de cerveja.

Nada se previu contra os outros serviços públicos. Afinal o próprio governo não elevou em 5% o Imposto de Renda sob o pretexto de atender as vítimas das cheias de alguns Estados?

E que dizer dos impostos Municipais?

E a contribuição de melhoria que onera cada vez mais o bolso do contribuinte e que, na maioria das vezes, acaba valorizando os imóveis dos mais bem aquinhoados?

Em que escaninho se perdeu a promessa de uma reforma tributária em especial na penalização fiscal das heranças, doações, das transmissões imobiliárias e dos ganhos de capital, hoje praticamente isentas?

Senhores Deputados:

Na verdade, mudanças práticas não houve. O congelamento por 90 dias oferta dos próprios supermercados, é uma medida cômoda para quem alterou os preços em mais de 20% antes de propô-la.

Importar milho sob o pretexto das condições climáticas do final de 1978 é cômodo e principalmente para quem parece desconhecer que ainda no mês passado, conforme boletim do Centro de Exportações do Paraná — CEXPAR, nosso Estado exportou toneladas deste produto, fato denunciado ontem nesta Casa pelo Deputado Trajano Bastos.

Se o efeito da tão esperada bomba era para ser tão reduzido por que não incluir mais algumas medidas simples mas que diminuiriam o consumo de supérfluos por parte de grande parte da população? Por que não proibir a propaganda do cigarro e das bebidas, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, e em seu lugar fazer ampla publicidade dos seus malefícios? Seriam mais alguns cruzeiros que poderiam se somar à renda familiar. Medo das multinacionais?

Ou então se estudar as prioridades dos financiamentos, principalmente ao Poder Público, que estão se transformando em caros e luxuosos edifícios, em deslavadas mordomias ou em insolúveis endividamentos. Enfim repito, medidas simples, mas que, como tantas outras, poderiam ter efeitos maiores do que as agora apresentadas.

De nossa parte, que não acreditamos em soluções sem uma cirurgia completa do modelo, continuamos a aguardar medidas realmente efetivas.

Afinal quando, após tanto suspense se anunciam medidas anti-inflacionárias sem sequer se falar nas elevadas taxas de juros, nos altos ganhos dos Bancos, na remessa de lucros, infelizmente, nada nos autoriza a sequer vislumbrar estarmos deixando de ser um País dominado por banqueiros e multinacionais.

Como disse o Deputado Álvaro Dias, "o efeito da bomba

não passa de um trivial e falhado traque junino”.

A montanha pariu um rato. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Antônio Facci.

Antes, porém, registramos a presença em nosso Plenário, com muita satisfação, do Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei Orçamentária Estadual, constitucionalmente, é votada em outubro, novembro, para que se faça valer no ano seguinte. Claro está que, em períodos que se muda o Governador, algumas modificações no plano de lei orçamentária, há que se esperar.

Já analisamos, desta tribuna, alguns aspectos nas diretrizes globais do Governo Ney Braga. No entanto, estávamos aqui, da Assembléia, aguardando que o Poder Executivo, para fazer viável as suas diretrizes globais, tão diferentes em sua finalidade, em seu sistema de governar, do Governo anterior, que ele fizesse, senão para obedecer determinação legal, já que nosso orçamento, em seu artigo 7.º, dá total condição para que o Governador faça por seus decretos de suplementações de verbas a seu bel-prazer até 30%, da lei orçamentária, mas, pelo mínimo, para que o Poder Legislativo pudesse tomar conhecimento das modificações das verbas orçamentárias, no seu global. E, ficamos a acompanhar o Diário Oficial, para que, para nossa surpresa, nós já encontramos no Diário Oficial n.º 523, de 06 de abril, o decreto n.º 225, que abre, no Orçamento Geral do Estado, um crédito suplementar no valor de vinte e três milhões e novecentos mil cruzeiros para auxílio a entidades para execução de outras despesas de capital, em favor da Fundação Educacional do Estado do Paraná. Esta Fundação, para a mesma rubrica, já tinha uma dotação de trinta e dois milhões e oitenta e sete mil cruzeiros.

E será possível que neste curto espaço de tempo o governo já gastou esta dotação de 32 milhões e 87 mil cruzeiros na construção de escolas e está a necessitar de mais 23 milhões e 900 mil cruzeiros?

Mas vai mais além. Eles tiram essa mesma dotação de diversas outras dotações orçamentárias. No dia 16 de abril, ainda no Diário Oficial outros Decretos, o Decreto 253 que dá para a Coordenadoria Central de Controle de Serviços, Provisamento de Áreas Físicas e serviços afetos a concessionárias para a administração direta do Poder Executivo, um crédito suplementar de mais 2 milhões, 182 mil cruzeiros. A dotação anterior era de 56 mil cruzeiros apenas. E assim por diante.

Encontramos um outro Decreto, 254, transferindo da programação especial para desenvolvimento econômico e social, investimento — 20 milhões de cruzeiros para constituição ou aumento de capital de empresas industriais ou agrícolas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, são legais efetivamente os Decretos do Sr. Governador do Estado, mas não pode este parlamentar e não pode o Poder Legislativo do Estado do Paraná, ficar a observar, a receber como já tenho cansado de dizer aqui, os pratos feitos. Será possível que a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, cheia de técnicos bem remunerados, com técnicos a fazer cursos no exterior e foi discutido há poucos dias aqui até a licença de um que está nos Estados Unidos, às custas do erário público paranaense, a fazer Decretos sem fazer uma programação anterior, e ao menos comunicar a Assembléia Legislativa, comunicar aos Srs. Deputados as suas iniciativas.

Eu acredito que tem condições de estrutura a Secretaria de Planejamento de programar. O Sr. Ney Braga em seu escritório da COPEL, por longo tempo programou o seu Governo e preparou as suas diretrizes globais.

Eu acreditava mesmo que ao assumir o Governo ele já tinha condições de mandar para a Assembléia e dizer: o orçamento do Estado foi votado assim, com estas e aquelas dotações, em suas determinadas rubricas. No entanto, para a minha filosofia de governo é necessário que estas verbas passem desta para aquela rubrica, como está fazendo por Decreto.

Ele poderia até fazer por Decreto; ele é um homem político, fez política, faz política, veio realmente em seu início de carreira política do voto, conhece o que o povo quer. Por que não fazer com que o Poder Legislativo do Estado participe, ao menos, com alguns dias de antecedência dessas modificações?

Eu quero crer mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nem mesmo os Deputados da ARENA sabem se essa dotação que foi para a FUNDEPAR, quem sabe até para construir a escola em São Jorge, no Município de Altônia, que eu estou requerendo? Mas eles também não sabem. Só vão saber depois que a obra estiver pronta.

É uma falta de consideração ao Poder Legislativo. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Registramos, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Deputado Federal Norton Macedo, bem como do Sr. Antônio Rossoni, Presidente da Câmara Municipal de Guaraniãçu; Sr. Vicente Elias, Prefeito Municipal de Paranaguá.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “É notória a importância do Porto de Paranaguá no contexto da economia nacional e do Paraná em particular. Grande exportador da produção agrícola de nosso Estado e de regiões vizinhas, Paranaguá nos últimos cinco anos teve a significativa participação de 15% (quinze por cento) do percentual das exportações brasileiras, abaixo apenas do grande porto de Santos que foi o responsável por uma participação de 33% (trinta e três por cento).

Esta significativa posição nas exportações infelizmente não é compartilhada nas importações, onde, nosso porto ocupa um modesto nono lugar entre os portos brasileiros.

Ultimamente a participação nas importações vem aumentando paulatinamente graças estarem sendo canalizadas via Paranaguá, grandes descargas de fertilizantes a granel, matéria prima indispensável à indústria nacional de fertilizantes para a preparação de produtos que estão sendo reclamados pelo solo paranaense para aumentar a sua produtividade.

Ressente-se, todavia, Paranaguá de uma moderna estrutura, especializada para a operação eficiente e rápida dessa matéria prima que é importada a granel e, por isso, necessita de equipamento e instalações apropriadas para permitir aos importadores uma mais racional e econômica forma de operação.

É importante que seja construído em Paranaguá um Terminal de Fertilizantes, à semelhança do que, nas instalações de Conceiçãozinha, no estuário de Santos, foi implantado pela Portobrás.

As previsões para o decorrer de 1979 fazem crer que serão importadas por Paranaguá 600.000 toneladas de fertilizantes e as perspectivas para 1980 são animadoras, esperando-se uma movimentação ao redor de um milhão de toneladas.

Porém, não se limita apenas nas instalações especializadas para fertilizantes as urgentes melhorias reclamadas pelo comércio e indústria paranaense, ao qual fazem coro as laboriosas classes trabalhadoras de Paranaguá.

A extensão do cais acostável atual, que, incluindo as instalações especiais para derivados de petróleo e grânéis líquidos, atinge 2.600 metros é, no contexto portuário brasileiro, a 6.ª posição, sendo inferior ao cais acostável oferecido por Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande, Porto Alegre e Recife.

O início de operação do silo vertical de 100.000 tonela-

das estatísticas, que se espera para junho vindouro, virá ainda mais agravar as dificuldades de Paranaguá em termos de berço de atracação dos navios, sendo por isso, indispensável que a PORTOBRAS libere recursos do Fundo Portuário Nacional para que se inicie o prolongamento de mais trezentos metros de cais acessível na direção leste, cujos estudos iniciais, como o caso do Terminal de Fertilizantes, já foram concluídos e aprovados pelas autoridades do Ministério dos Transportes.

Ao par desses pedidos, cabe também um registro altamente lisonjeiro com relação ao melhoramento de equipamentos do nosso porto.

Recentemente a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina firmaram contrato com a firma particular DIBAL DE ARMAZÉNS GERAIS LTDA. para a implantação de um moderno terminal para operar com óleos vegetais e produtos químicos líquidos, com a cessão de vinte mil metros quadrados de área em setor especial do Porto (Cais de Inflamáveis) onde a firma concessionária irá aplicar cinquenta e seis milhões de cruzeiros em equipamentos de carga/descarga e armazenagem especial desses produtos que funcionará em dois sentidos (exportação/importação) com óleos vegetais, ácido fosfórico, ácido sulfúrico, soda cáustica, etc.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo edita o anunciado pacote econômico. E há dias, estamos abordando o problema relativo ao milho e arroz, produtos até há pouco produzidos em alta escala na região Oeste do Paraná.

Costuma-se debitar às intempéries, os grandes problemas do abastecimento a nível interno e, por vezes até, com certa razão. Entretanto, Sr. Presidente, é sabido que, recentemente, já se previa o agravamento da crise interna, no particular aspecto de abastecimento de milho, trigo, feijão e arroz.

Sabe-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia, produzem hoje uma super quantidade do primeiro produto de nossa alimentação, que é o arroz. E a notícia que nós temos, inclusive por viagens que fizemos pessoalmente ao Norte do Brasil, sabemos que a produção de arroz neste ano, naquela área, é super abundante.

Entretanto, Sr. Presidente, no Sul do País sabe-se também do comprometimento que a crise da seca trouxe para a agricultura, especialmente para o arroz, parte para o milho e muito pouco para o soja.

Uma das medidas do governo agora adotadas, é a possibilidade de vir a ser importado, só de arroz, setecentas mil toneladas e sabe-se ainda, Sr. Presidente, que este produto a nível internacional, é produzido a mais do que o consumo internacional, em média de seis a sete por cento e quando há quebra de produção em alguns dos Países exportadores, gera uma crise de nível interno.

Entretanto, no Brasil, não estamos enxergando este problema ainda. Por que? Porque em Goiás e no Mato Grosso, a produção é suficiente para o abastecimento nacional. Mas o que estamos vendo, Sr. Presidente, é que o Governo não se encoraja; ao invés de importar o produto do exterior, mobilize seus organismos, mobilize as suas forças, os recursos disponíveis, para fazer o transporte das áreas produtoras deste produto para o Sul do País, evitando assim, a evasão de divisas nacionais, evitando assim que o Governo seja comprometido no problema de preços. Porque se não há coragem de buscar o produto ao preço tabelado de duzentos e vinte cruzeiros à saca, muito mais fácil seria para o governo, dizer que está liberado o preço para ser vendido ao nível de especulação de mercado. No Sul do País não há condições, Sr. Presidente,

de todos aqueles que lidam no setor, agilizarem as suas potencialidades industriais para adquirir arroz no Mato Grosso, Rondônia e em Goiás, a preço de trezentos e cinquenta cruzeiros a saca.

É preciso ter consciência governamental, para trazer o produto interno e não prejudicar os agricultores e, sobretudo, o consumidor, que paga o preço final deste produto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — ((Lê))

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando dissemos nesta tribuna estar vivendo Umuarama, o 5.º Município do Paraná, em arrecadação, uma situação caótica, política e economicamente, não o fizemos em vão. A somatória dos desmandos na esfera Municipal do Prefeito João Cioni Neto — ARENA — assessorado por asseclas "sangue-sugas", entornou o caldo. Cioni, contudo, parece não ter se apercebido ainda, da aterradora realidade em que se envolveu. O alijamento da vida pública de Cioni é um remédio purgativo, depurante e diurético ao Município. Reafirmamos, nesse instante, nosso voto de crédito e confiança na Justiça paranaense, na solução desse impasse. Que sirva de exemplo aos Prefeitos do Paraná e dos demais municípios da Federação que enveredarem pelo caminho da corrupção.

Em entrevista concedida à Folha de Londrina, em data de ontem, Cioni "ressaltou que deixou definitivamente os meios políticos, não pretendendo, no futuro, candidatar-se a qualquer cargo". É um cinismo que fica à avaliação de Vossas Excelências. Como representante do povo umuaramense, partilhamos de suas tristezas e nos regozijamos com suas alegrias. Hoje é um dia histórico e de regozijo para minha comunidade umuaramense. Por isso mesmo, repetimos o chavão popular: "não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe". A contagem regressiva do pesadelo Cioni chegou ao fim, na manhã de hoje. E porque não dizer de todos os brasileiros. Com a entrega de sua renúncia ao Presidente da Câmara Municipal, hoje, às 9:30 horas - tratamento profilático à doença contagiosa que o afetava, bem como a seus asseclas - e que asfixiava o Município, não o redime dos erros cometidos intencionalmente. A corrupção Cioni, no seu desfecho, mereceu e atingiu a imprensa em âmbito nacional, tal a sua amplitude desastrosa. A NOVELA DE UMUARAMA chegou ao fim. "CONSUMATUM EST"!

Umuarama, situada no extremo do chamado Norte Novo do Paraná é considerado um dos municípios com maior desenvolvimentos nos últimos vinte anos em nosso Estado. Umuarama, contudo, e sua gente não estão combalidos. Gente de luta e de garra que pleiteiam, inclusive, a salutar medida saneadora do impasse criado - eleições livres - designadas pelo Tribunal Eleitoral. Seria, talvez, a luz no fim do túnel. Queremos crer e o fazemos com convicção no direito natural e público que, Cioni Neto responderá por seus atos, perante a Justiça dos homens e a Justiça de Deus, tantas vezes por ele invocado em suas campanhas eleitoreiras.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entidades de classe, assistenciais e filantrópicas do Município, diante da situação de calamidade pública porque atravessa Umuarama, estão propensas a carrear recursos para uma CAMPANHA DE ALIMENTAÇÃO destinada aos funcionários municipais que estão sofrendo na carne a miséria dos desmandos de Cioni Neto. Estão comendo a própria fome, e que não podem, pelo amor de Deus, arcar com as irresponsabilidades ali perpetradas por Cioni.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Mais de quatrocentos funcionários, sem comer e, conseqüentemente, sem ânimo para trabalhar, o que é compreensível,

estão em greve. Paralizados e coesos com a intenção única de sensibilizar o Governo do Estado para que coloque um basta na situação de miséria e fome ali reinante, e tão decantada em versos e prosa. E, depois, vem o Sr. Cioni Neto dizer em pronunciamento na Televisão que iria me processar. Tal atitude só merece uma gargalhada de desprezo. Nada mais!

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Desta tribuna faço um apelo candente, sem descalabro mas com humildade em nome de minha sofrida gente, uma população que ultrapassa os 185.000 habitantes no Município, que sua Excelência, Sr. Governador do Estado volte os olhos para essa vergonhosa situação de calamidade pública, colocando um paradeiro nessa pândega.

Quando a imprensa anuncia em letras garrafais que teria sido remetido a Umuarama, em data de hoje, quinze milhões de cruzeiros, destinados ao pagamento do funcionalismo público municipal, o que sabemos ser inverdade, fica aqui registrado o meu libelo contundente de homem do povo, na luta do bem e para o bem estar da gente de minha terra.

Finalizando, Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Imbuídos da sinceridade que nos é peculiar, auguramos que, na assunção da Prefeitura de Umuarama pelo nobre Deputado Tuguio Setogutte, vice-prefeito eleito, tenha uma gestão profícua de realizações em prol do Município. Desnecessário dizer que, o mesmo povo que apóia o homem público, o julga e o renega ao ostracismo que este incompatibiliza com os interesses soberanos do povo, a que se propugnou defender. Auguramos estes votos, no sentido de que se resolva o impasse criado, urgentemente, pois que, por incrível que pareça, Umuarama, hoje, não tem Prefeito!

Sabemos que o nobre Deputado Tuguio Setogutte, deixará esta Casa de Leis, perseguindo um interesse maior, que é o interesse do povo umuaramense.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. Antes, porém, registramos com satisfação a presença em nosso Plenário da Senhora Evanir da Silva Dragui, Vereadora do progressista Município de Siqueira Campos; do Sr. Anacleto Pantano, Vereador Líder da Bancada da ARENA de Corbélia.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Colho a oportunidade hoje, de retornar a esta tribuna para registrar a minha manifestação contrária ao projeto de lei subscrito e já apresentado nesta Casa pelo ilustre Deputado Wilson Fortes, cujo teor assegura a nomeação para o cargo inicial da carreira de Delegado de Polícia, dispensadas as formalidades legais pertinentes, a quem haja ocupado por mais de cinco anos ininterruptos ou não, Delegacia de Polícia por resolução da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Estribo meu posicionamento adverso ao projeto em tela, invocando sua patente inconstitucionalidade, acrescida ainda, de sua total e absoluta inoportunidade, razões que haverei de deixar explícitas, no decorrer deste pronunciamento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Constituição Estadual, no inciso IV de seu artigo 56 estabelece que:

“O ESTATUTO ORGANIZARÁ A POLÍCIA CIVIL, observado o seguinte:

IV — PROVIMENTO DOS CARGOS DE CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA POR BACHAREL EM DIREITO, PROCESSANDO-SE O INGRESSO NA CLASSE INICIAL, MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS, INCLUSIVE NAS SEDES DE COMARCA”.

A Lei Complementar n.º 3 (QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL) em seu artigo 7.º, diz:

“SÃO AUTORIDADES POLICIAIS:

I — II —

III — OS DELEGADOS DE POLÍCIA.

Considere-se o artigo 11º da Lei antes aludida, que preconiza:

“SÃO CARREIRAS POLICIAIS:

1 — DELEGADO DE POLÍCIA;

E o artigo 13.º da mesma Lei, é taxativo quando estabelece que:

“O PROVIMENTO DE CARGO DE CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA É PRIVATIVO DE BACHARÉIS EM DIREITO, PROCESSANDO-SE O INGRESSO NA CLASSE INICIAL MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS. (grifo nosso).

A justificativa apresentada pelo eminente Deputado autor do projeto, não deixa de ser convincente — porém, a realidade é outra — quando afirma:

“Nas pequenas comunas do Interior do Estado as Delegacias de Polícia, usualmente, são ocupadas por pessoas do lugar, em geral renomadas, embora de diversificadas condições intelectuais e financeiras. Tais pessoas para o exercício do cargo, gozam de prerrogativas e competências assemelhadas às dos Delegados de carreira, designados geralmente para os centros maiores. É freqüente as suas permanências, durante anos consecutivos, em Delegacia de Polícia, não sendo, raras, também, certa rotatividade no cargo, isto é, nomeações e dispensas intervaladas. De qualquer forma, dedicando-se ao cargo, seguidamente ou com soluções de continuidade, essas pessoas descuidam de suas atividades particulares, não zelam pelas suas fontes de renda, o que redundam em situação de dificuldade quando lhe é negada permanência na Delegacia, por não gozarem de qualquer garantia. A medida que propomos é justa, e para ela pedimos a aprovação dos nobres Deputados”.

Mas a grande e indiscutível realidade é outra, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Alguns aspectos jurídicos-penais, atestam a justeza em não se admitir como Delegados de carreira, pessoas que não possuam habilitação profissional específica, no caso, a proporcionada pelo curso de Direito.

Todavia, não discuto ou contesto aqui, o mérito do projeto.

Sua Excelência, o nobre Deputado subscritor deve, sem dúvida, possuir razões pessoais suficientes que justifiquem tal iniciativa.

Apraz-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, traçar um perfil do Delegado de Polícia, para que se possa melhor entender a nossa disposição de rejeição ao projeto em questão.

Por que o Delegado de Polícia, há de ser obrigatoriamente um Bacharel em Direito? Por que não um leigo?

É sobejamente sabido que o nosso sistema jurídico-penal, diante de um fato típico e anti-jurídico, compreende duas fases: a de coleta de provas e a processual propriamente dita. A primeira é realizada pela Polícia judiciária e a segunda, pelo Poder Judiciário. Assim sendo, é lógico que as autoridades responsáveis por uma e outra instituição tenham o mesmo preparo cultural e jurídico.

Desta forma, tanto o Juiz de Direito, que preside a parte processual da instrução criminal, quanto o Delegado de Polícia, que preside a fase preliminar de colheita de provas visando apurar a materialidade do fato (o crime) e sua autoria, devem ser Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, pois que a responsabilidade de ambos na “persecutio criminis” é igual.

Salientando-se que a autoridade policial, no caso o Delegado, mais rapidamente deve decidir sobre conceitos jurídicos importantes, posto que suas atribuições exigem decisões rápidas, no calor ainda da cena delituosa, não podendo deixar que provas essenciais existentes naquele momento lhes escapem e não sejam documentadas.

Por conseguinte, o que quero demonstrar é a gama de atribuições da Autoridade Policial (Delegado de Polícia), que só poderão ser bem exercidas por um Bacharel em Direito, para que o cidadão investido dessa função possa resolver os mais diversificados problemas jurídicos-sociais, que surgem diuturnamente no exercício de suas funções, sem ferir os direitos das partes envolvidas.

Aliás, várias e renomadas autoridades têm se pronunciado sobre este assunto, como por exemplo o Doutor Luiz Alberto Machado, digno Promotor de Justiça desta Capital e ex-diretor da Polícia Civil do Estado, em artigo publicado na Revista da Polícia Civil, onde lamenta:

"o fato da Polícia Civil, em que pese a sua evolução, não ter conseguido ainda, entregar o exercício total da autoridade policial a delegados de carreira, bacharéis aptos a compreenderem não só a complexidade do sistema jurídico-repressivo do aparelhamento estatal da repulsa à criminalidade como verdadeiro papel da polícia judiciária na coleta de provas para as necessárias respostas penais, elaborando inquéritos policiais capazes de permitirem a eficácia da ação penal neles embasada".

Ora, é evidente que tal estágio do aparelhamento policial só será possível quando todos os delegados forem de carreira, vale dizer, tenham responsabilidade funcional a par de conhecimento técnico-jurídico, isto é, forem bacharéis em Direito.

Posto está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ser indispensável para o exercício do cargo de Delegado de Polícia, que o seu ocupante seja não só Bacharel em Direito, mas principalmente de carreira, ou seja dos quadros da Polícia Civil.

Dá porque a minha grande preocupação em discordar da medida submetida à apreciação desta Casa de Leis. Ao invés desta Assembléia aprovar projeto como o apresentado pelo Deputado Wilson Fortes, o que se deve ser aprovado, e em regime de urgência, é a proibição em definitivo da ocupação do cargo de Delegado de Polícia, por quem não seja da carreira.

A experiência por mim obtida, durante curta mas intensa passagem pela Polícia Civil do Paraná, dá-me autoridade para isso afirmar, pois não se justifica a nomeação indiscriminada de Delegados de Polícia que não sejam de carreira.

Essas nomeações somente tem servido, como raríssimas exceções, para desfigurar a imagem da instituição policial, que já não é boa e está longe de ser a ideal; para aumentar ainda mais a corrupção policial, atualmente praticada com correção monetária, residindo aí, quem sabe, uma das causas da inflação que assola o País; para servir na sua quase totalidade a defesa de interesses políticos dos que detêm o mando, por conseguinte, interesses pessoais e não comunitários; para servir como instrumento de abuso do Poder, gerado principalmente pela subserviência de um líder político em consonância com o despreparo para ocupar tal função.

Aliás, por falar em comando político, quero, nesta oportunidade, reiterar testemunho dos malefícios que isso causa à Segurança Pública.

A interferência política na área da Segurança Pública tem demonstrado resultados nada positivos, ora pela indicação de um policial ou Delegado para uma determinada região, ora pela manutenção deste à frente de uma determinada Delegacia ou órgão policial. Deste fato desgastante, falo com profundo

conhecimento de causa, pois fui vítima dele.

Entendo ser oportuno o momento para que todos meditemos seriamente sobre este assunto.

Durante a visita que a Comissão de Segurança Pública, por mim presidida, fez ao Senhor Secretário da Segurança, este assunto foi abordado, causando-me alegria por ouvir de alguns sensatos e coerentes Deputados da situação, o mesmo entendimento a respeito.

Entendo que essa não é a verdadeira tarefa de um Deputado.

A indicação de um policial ou Delegado, ou a sua exoneração, não deve ficar restrita à vontade de um Deputado, e sim, sob a responsabilidade exclusiva da autoridade competente que é o Secretário da Segurança. Este sim, é quem deve entender quando se indica e para onde um policial, ou quando o mesmo deve ser removido. Para isso ele é o Secretário da Segurança Pública.

A nós, Deputados, cabe o direito e o dever, este acima de tudo, de fiscalizar seus atos. Denunciando-os e exigindo providências a respeito. Se for o caso, até a remoção do policial, desde é claro, que haja fundadas razões, mas nunca por motivos meramente políticos.

Reitero nesta oportunidade, o meu apelo à classe política do Estado, da qual tenho a honra de fazer parte, no sentido de que seja evitada ao máximo, a interferência política na Segurança Pública, a não ser nos casos em que a presença do político se faça necessária, mas tão somente para coibir abusos e denunciar irregularidades, evitando-se assim, que a tarefa de se fazer polícia fique a mercê de pessoas ou interesses e NÃO A SERVIÇO DA COMUNIDADE.

Reputo ainda como despropositado o Projeto do Deputado Wilson Fortes, pois este ao dispor o asseguramento da nomeação para o cargo inicial da carreira de Delegado de Polícia para quem haja ocupado Delegacia por mais de cinco anos, ininterruptos OU NÃO, assoma proporções abrangentes, eis que estende esta prerrogativa aos chamados suplentes, convocados que são normalmente para assumirem a condição de titular quando da vacância do cargo.

O Deputado proponente destaca ainda em sua justificativa ao frisar que "é freqüente a sua permanência (do Delegado), durante anos consecutivos, NÃO SENDO RARA, TAMBÉM, CERTA ROTATIVIDADE NO CARGO, ISTO É, NOMEAÇÕES E DISPENSAS INTERVALADAS". Respaldo-me nessa colocação do autor do Projeto em tela para desaprovar um dispositivo que, fatalmente, gerará tumultuadas interpretações quanto ao aspecto da aquisição do direito de efetivação na carreira, eis que um sem número de suplentes, computados os períodos em que foram alçados à condição de titulares em virtude do caráter rotativo da função que compreende as chamadas DISPENSAS INTERVALADAS evocadas pelo ilustre Deputado Wilson Fortes, tenham totalizado os cinco anos de exercício do cargo, certamente e com justiça, pleitearão a efetivação nos quadros da Segurança Pública. O Sr. Nestor Baptista — Senhor Deputado, Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Com o máximo prazer.

O Sr. Nestor Baptista — Sem o conhecimento que o Senhor apresenta, mas já de imediato corroborando com sua opinião contrária a essa efetivação de delegados, não bacharéis e não efetivamente delegados, gostaria de lhe fazer uma pergunta: Qual o critério usado para a indicação desses suplentes? E já digo porque.

Em muitas cidades, principalmente cidades do interior, como a sua Bela Vista, pessoas sem o mínimo preparo, são suplentes e exorbitam de suas funções.

O SR. JOSÉ TAVARES — É, realmente a pergunta é muito oportuna, porque o critério adotado pela Segurança Pública do Paraná, para nomeação ou nomeações de suplentes

de delegados, tem sido ao longo desses anos, o critério único, como sendo o critério político, e Vossa Excelência, eu que não gostaria de nesta oportunidade entrar em detalhes sobre este aspecto do suplente, que será motivo de uma nova preocupação nossa, nesta Casa, mas já que Vossa Excelência, oportunamente aborda este assunto e especificamente, a Bela Vista do Paraíso, gostaria de deixar aqui, também o meu testemunho, não como homem do MDB mas como cidadão, como advogado, como ex-delegado de carreira que fui, porque Bela Vista tem como primeiro suplente de delegado, um elemento que já respondeu a nove processos criminais, quase todos por lesões corporais e tentativas de homicídios e dentre os quais, duas condenações; depois de tudo isto, ele recebeu o prêmio de suplente de delegado de polícia na minha cidade de Bela Vista, que é inclusive de entrância intermediária, vejam bem Srs. Deputados, entrância intermediária, e tem sido ao longo desses últimos anos, mais especificamente no Governo de Jayme Canet Júnior, autoridade policial daquele Município, daquela Comarca. Vejam que nesta década, nesta época, ainda se prevalece, como título para exercer o cargo de delegado de polícia, que ele tenha um passado criminógeno, um passado altamente criminal, que o autoriza a ocupar tão honroso cargo - o de dar segurança à comunidade.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) — Estive acompanhando o seu pronunciamento, com muita atenção, e achei as ponderações de Vossa Excelência de um cunho muito lógico e principalmente, quando Vossa Excelência abordou o problema de que não pode haver interferência política na nomeação ou na remoção de um delegado. Concordo plenamente, com Vossa Excelência porque na minha cidade, em Campo Mourão, por problemas políticos, por interferência política, nós temos um delegado que não satisfaz à comunidade, que não satisfaz às exigências da nossa comunidade e lá está designado por mais de cinco anos e, até hoje, não houve a sua remoção por interferência política.

Então, é de muita justeza a observação de Vossa Excelência e esperamos que este seu pronunciamento, que isto chegue ao conhecimento da Secretaria da Segurança Pública do Paraná e que ele observe esses detalhes e tome as providências cabíveis e necessárias em todas as cidades do Paraná.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu que agradeço, nobre Deputado.

Prosseguindo, nobres Srs. Deputados. Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a inconstitucional e inoportuna iniciativa do Deputado Wilson Fortes, também foi merecedora de repúdio já formalizado pela Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, através de seu presidente, o ilustre Bacharel José Maria de Paula Correia, que em ofício endereçado à insigne Presidência desta Casa, solicita às duas bancadas, a não acolhida de tal iniciativa.

Vossa Excelência tem o aparte, nobre Deputado Wilson Fortes.

O Sr. Wilson Fortes — Nobre Deputado. Inicialmente, nós queríamos esclarecer a Vossa Excelência e à Casa, que a nossa intenção, de longe, teve a iniciativa de ferir os melindres dos delegados de carreira do Estado do Paraná, classe que nós admiramos, respeitamos tanto e que grandes serviços têm prestado ao nosso Estado, no plano da segurança.

Ocorre, nobre Deputado, que observando o seu pronunciamento nós notamos que Vossa Excelência se apegava, apenas em defender, com muita ênfase e até certo ponto concordando, os brilhantes Delegados de Carreira da Polícia Civil do nosso Estado.

Vossa Excelência fala em Suplentes, em Delegados indicados por política no interior do Estado, que já responderam processos e que hoje são Suplentes ou são Delegados no interior do Estado. Mas Vossa Excelência não pode se esquecer que muitos e muitos Delegados de carreira, Bacharéis, já res-

ponderam também muitos processos e continuam como Delegado de Polícia.

Esqueceu Vossa Excelência que o Paraná tem dezenas e dezenas de municípios e que infelizmente a nossa Polícia Civil ainda não está aparelhada a altura para designar para cada comunidade um Delegado de carreira, talvez em um concurso público, concursos de especialização, e que lá no nosso interior são tantos os leigos que dedicam a sua vida com prejuízo dos seus interesses particulares, por um ano, dois, quatro, cinco e seis anos, assumindo uma Delegacia no interior do Estado, correndo inclusive, risco de vida e que no decorrer de todos esses anos não recebem benefício nenhum, se sofrem algum acidente no exercício de suas funções não têm a mínima condição de receber nenhum amparo legal.

Essa foi a nossa intenção, de que esses Delegados que por tantos anos, mais de cinco anos se dedicam a essa função, fossem amparados pela Secretaria da Segurança Pública. Confesso ao nobre Deputado que na substância do nosso projeto de lei, talvez tenhamos cometido um grande erro. A nossa intenção foi que a Secretaria os protegesse depois de tantos anos de serviços prestados ao Estado, na função de Delegado. De uma certa forma, talvez não os colocando como Delegado inicial, que efetivamente são leigos e o Delegado de carreira deve ser Bacharel, deve prestar um concurso público. A nossa intenção foi que a Secretaria através da Polícia Civil desse a esses dedicados homens do interior do Estado, a esses voluntários leigos que correm risco de vida para defender a segurança de suas comunidades.

Procuraremos observar o nosso projeto de lei e se necessário, procuraremos modificar a substância à sua justificativa, procurando enquadrá-lo dentro daquele pensamento inicial que nos motivou a entrar com este projeto de lei.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nobre Deputado Wilson Fortes. Se

o seu objetivo foi o de dar proteção a cidadãos paranaenses, brasileiros, que têm dado muito de si pela causa da segurança do Paraná, mas que não são da carreira, que não pertencem ao quadro da Segurança Pública, não tem dúvida que este seu objetivo é mais do que válido e isso nós enalteçemos no nosso discurso.

Todavia, entendo que se a Secretaria da Segurança Pública tiver que abrigar e proteger esses homens que durante muitos e muitos anos prestaram relevantes serviços à causa da Segurança Pública do Paraná, o deve fazer de uma outra forma que não aquela que Vossa Excelência expôs no artigo 1.º, do seu projeto. Porque ali Vossa Excelência fala em carreira de classe inicial. "Fica assegurada a nomeação para o cargo inicial da carreira de Delegado".

E isso Vossa Excelência há de convir comigo que, além de ser inconstitucional é inoportuno e completamente impossível.

Mas referia-me ao expediente que o Presidente da Associação dos Delegados de Carreira do Paraná.

Tem o aparte o Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Obrigado.

Gostaria de saber se esses suplentes de Delegados, se eles têm alguma remuneração de Delegado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Não, não tem nenhuma remuneração.

E isso tem sido inclusive, fator gerador de grande índice de corrupção na Polícia, e aliás, isso sempre foi a minha luta quando Delegado, de não se admitir suplentes porque ele no exercício do cargo, vinha por não receber nada, comprometendo em muito, o nome de toda a instituição.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Era exatamente isso que gostaria de ouvir, porque acho primeiro que com todo o respeito, esse projeto de lei que está sendo apresentado pelo nobre Deputado Wilson Fortes, no meu entendimento é um absurdo.

Se transpusessemos este projeto de lei, do campo da polícia para o campo da medicina, nós teríamos o seguinte: os enfermeiros seriam elevados à condição de médicos; exatamente isso. Agora, V. Ex.^a tocou no aspecto fundamental porque eu conheço, suplentes de Delegados, que não recebendo nada, levam uma vida farta.

E só servem para fazer política, inclusive no meu município, quando às vésperas de eleições se transformam em beleguins, fazendo com que elementos do nosso partido, sejam perseguidos.

Nada mais são na sua grande maioria, do que joguetes nas mãos dos chefes políticos regionais, e gostaria de deixar aqui, nesta oportunidade, o meu testemunho porque quando Prefeito de Arapongas, V. Ex.^a, exerceu a Delegacia de Polícia, e em toda a minha vida, como Vereador e como Prefeito, foi V. Ex.^a o único delegado honesto que vi passar por aquela cidade, incorruptível, combatendo a prostituição, combatendo o jogo do bicho, que serve também como financiador de campanhas políticas, fica aqui o meu testemunho da sua passagem pela Delegacia de Polícia, e fica aqui a nossa posição contra este projeto de lei que é um absurdo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu agradeço, nobre Deputado Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa comunica ao nobre Orador, que lhe resta um minuto para o término do horário de V. Ex.^a na tribuna.

Entretanto, consultamos à Liderança do seu Partido, para efeito de que V. Ex.^a use o devido horário.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, respondendo pela Liderança, nós concederemos mais três minutos ao nobre Deputado Tavares para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, e V. Ex.^a Deputado José Tavares, tem três minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, Sr. Presidente, e eu prossigo:

Referia-me ao Expediente que a Associação dos Delegados de Carreira do Paraná encaminhou à Presidência desta Casa.

“O Expediente destaca a preocupação de todos quantos labutam na organização Policial Civil, ante a perspectiva de tal retrocesso na atual política de recrutamento de profissionais e técnicos para a ocupação de cargos públicos especializados. Após fazer menção à inconstitucionalidade do documento, a Associação enfatiza que o mesmo “não se coaduna com o esforço governamental visando a melhoria de padrão dos quadros funcionais da Secretaria de Segurança”.

É consciente e plena de validade a preocupação manifestada pela entidade representativa da classe dos delegados de Polícia de carreira e por assim ser, merece a consideração solicitada às duas agremiações partidárias assentadas nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: continuando a traçar o perfil do Delegado de Polícia para justificar a necessidade de que o mesmo seja um Bacharel e não um leigo, afirmo que a nossa lei processual penal vigente ao estabelecer que o inquérito policial é a base da ação penal, deferiu às autoridades policiais (Os Delegados de Polícia), a direção desse procedimento, instituindo no Título II de seu livro I, uma série de atividades que deverão ser realizadas, para a mais completa elucidação dos fatos, o que prova que para o seu exercício, é mister que o seu ocupante tenha conhecimento técnico-jurídico. (Lê):

“Discorrer sobre os vários deveres que lhe são impostos pelo Código Processual Penal vigente, na parte referente ao inquérito, seria cansativo e enfadonho, pois a sua simples leitura sobejamente demonstra à sociedade, que única e somente um Bacharel em Direito pode ter a formação cultural, exigida, necessária e suficiente para exercê-lo.

Finalizando — Senhor Presidente, Senhores Deputados —, conclamo as inteligências lúcidas, arejadas e coerentes que dig-

nificam este Poder Legislativo no sentido de que, após um devido e acurado estudo da matéria proposta pelo nobre Deputado Wilson Fortes, concluam pelo seu não apoio, decidam pela sua não aprovação e estendam seus esforços em prol da materialização da equiparação por meio de justa promoção, dos Delegados de Polícia de carreira com o Ministério Público. Tal medida efetivamente iria de encontro às necessidades latentes de melhor aparelhamento da Segurança Pública, salientada por sinal, pelo caráter complementativo existente entre uma instituição e outra.

De nada adiantaria, segundo a nossa lei processual penal vigente, existir o Promotor de Justiça se não existir o Delegado de carreira.

Na prática, o que senti foi exatamente isso.

A sociedade também!”

Nobre Deputado Gabriel Manoel, as minhas desculpas por ter esquecido de lhe conceder o aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço, apesar de V. Ex.^a ter passado por cima e ter concedido o aparte. Agradeço e, penhoradamente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. GABRIEL MANOEL — ...numa oportunidade, lhe darei o aparte, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso da tribuna.

Concedo a palavra, dentro do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Nas democracias, o Governo se constitui pelo voto da maioria; e vós sois, incontestavelmente, a maioria do povo brasileiro”, afirmava Getúlio Vargas, dirigindo-se aos trabalhadores do Brasil, no seu primeiro discurso após a volta ao poder, pelo voto livre do povo brasileiro, quando da primeira visita a Porto Alegre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao assomar a tribuna no dia de hoje, para render homenagens à figura inesquecível de Getúlio Vargas, ídolo dos trabalhadores do Brasil, por significar a data, o seu aniversário natalício, pretendo fazer algumas incursões sobre as suas obras grandiosas no campo social, neste País, especialmente no que diz respeito ao chamado Direito Novo, que é a legislação do trabalho.

Em tempos remotos, havia um preconceito contra o trabalho, pois que era considerado próprio das classes de nível inferior e, como tal, degradante à pessoa humana.

Esse preconceito se transferiu para o Brasil com os fidalgos portugueses e, na verdade, o trabalho manual se tornou característica do escravo, do índio ou do africano.

Depois da abolição da escravatura, o Brasil recorreu ao colono europeu como força de trabalho. Os imigrantes, na maior parte, provinham das faixas populacionais marginalizadas em seus países. Essa marginalização decorria do estado de ignorância ou pobreza em que viviam e, por isso, sujeitos a explorações pelos barões do café.

As condições de trabalho eram desumanas e de nada adiantavam os gritos de revolta pois a qualquer custo os contratos teriam que ser cumpridos.

Esse regime de semi-escravidão se transferiu, automaticamente, ao trabalhador brasileiro, que não tinha direitos, apenas obrigações.

Num mercado de trabalho restrito, o trabalho era praticamente de subsistência e o operário era submetido e individualista. Passou a ser joguete dos patrões, na concorrência da mão-de-obra. Nessas condições, cada vez mais explorado nas fábricas e oficinas. E não estivesse de acordo, a ordem era pedir a conta.

Getúlio Vargas, sensível a esse problema dos trabalhadores, passou a estudá-lo em profundidade. E, tão logo no Poder, deu ao Brasil a legislação social mais avançada do mundo, que serviu, inclusive de modelo para outros países.

De início, passou a estimular a sindicalização, em todas as categorias profissionais, como instrumento válido na luta pelas reivindicações classistas.

Seguem-se daí, as conquistas sociais, sem lutas e sem perseguições, no justo reconhecimento do trabalho como fator preponderante do desenvolvimento, ao contrário mesmo do que ocorrera em outros países, inclusive nos Estados Unidos, onde pagaram com a morte, na cadeira elétrica, líderes operários.

E isso, graças ao humanismo do sempre lembrado Getúlio Vargas.

Dentre as conquistas grandiosas dos trabalhadores, que queremos destacar aqui algumas delas como: — estabilidade no emprego, com despedida só com justa causa; salário-mínimo; proibição do pagamento de salários através de "vales" que serviam à especulação de indivíduos inescrupulosos; jornada de oito horas de trabalho; pagamento de horas extras; risco de vida e insalubridade; salário-família; repouso semanal remunerado; férias remuneradas; aviso prévio; indenização pelo tempo de serviço; instituto do dissídio coletivo, através do sindicato; criação da Justiça do Trabalho; organização da Previdência Social, com aposentadorias por tempo de serviço e diversas formas de amparo e assistência ao trabalhador, que seria exaustivo enumerar.

É bem verdade que uma parcela do empresariado não compreendeu a importância social da legislação e o que ela representava para o bom relacionamento entre empregado e empregador, na edificação da paz social. O tempo encarregou-se de mostrar-lhe, apesar de que, parte do empresariado, muito lutou para a derrogação, pura e simples, da Consolidação das Leis do Trabalho.

É sabido que, apesar de aparentemente conformados, grandes empresários nacionais, aliados à estrangeiros, não cessaram de fazer pressão no sentido de dar o golpe de morte na conquista dos trabalhadores, mas, a isso resistiu o Presidente Vargas, e, como consequência, a sua deposição em 1945 e seu suicídio em 1954.

Entretanto, dez anos depois — com o movimento de 1964 ao qual não estiveram alheias as multinacionais, do que se tem notícia, permitiu-se uma mutilação no direito dos trabalhadores, embora dourando a pílula, para ilaqueamento da boa fé daqueles que prestam trabalho sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Dentro desse contexto, surgiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a princípio, como certeza de indenização ao empregado por ocasião da sua despedida.

Não demorou a constatação de que o FGTS funcionava, principalmente contra o trabalhador, isso porque veio facilitar ao patrão, a despedida.

Não demorou a constatação de que o FGTS funcionava, principalmente contra o trabalhador, isso porque veio facilitar ao patrão, a despedida do empregado, a qualquer tempo, e o fantasma do desemprego se materializou no Brasil.

Realmente, a mais séria conquista dos trabalhadores que é a estabilidade, deixou de existir, com a instituição do FGTS que passou a ser uma ameaça permanente de demissão, e daí o clima de insegurança e intranquilidade que vive hoje o trabalhador, mesmo aquele que conte na empresa com dez ou mais anos de serviço.

Ainda, como medida reacionária contra os trabalhadores em geral, tomada em 1978, pelo ex-Presidente Geisel, foi, sem dúvida, a da lei anti-greve, que cerceou direitos dos que trabalham e que deu maior força aos que exploram a mão-de-obra nacional.

Em países mais adiantados a greve é um direito de todo o

assalariado, seja o operário, o comerciário, o bancário, o marítimo, etc., inclusive o funcionário público, todos têm o direito de através da greve, fazer as suas justas reivindicações, até que sejam devidamente acolhidas pelos seus patrões, empresa privada ou o próprio Estado, na amplitude do termo.

Infelizmente, neste País de uns tempos a esta parte temos constatado que o Governo dispensa um tratamento diferenciado aos empregadores, pois estes podem se reunir a qualquer tempo e em qualquer lugar, para debate dos seus interesses e dos seus problemas. O trabalhador, porém, sofre restrições de toda espécie para reunir-se em entidades classistas de categoria superior, e até mesmo para reunir-se em congresso, a fim de debater igualmente os seus interesses e os seus problemas.

O empresário pode lançar mão do "lock-out" isto é, restringir e suspender inteiramente suas atividades, sem que nada lhe aconteça, a não ser o atendimento de suas reivindicações, a greve do trabalhador é logo declarada ilegal, suscetível de repressão violenta, "cassetetes", gás lacrimogêneo, cães e trados, camburões. O empresário é atendido, o trabalhador é preso.

O sindicato precisa voltar a ter a voz ativa e livre na defesa dos interesses da classe que representa, como deve presidir a lavratura dos contratos coletivos de trabalho, para que o trabalhador não incorra no erro de tratar individualmente com o patrão, condição de gritante inferioridade que resulta em prejuízo seu.

Precisamos recompor o direito de greve no Brasil, e estendê-la até o servidor público de todos os níveis.

Precisamos instituir o direito do direto entendimento entre patrões e empregados, sem a interferência do Ministério do Trabalho.

Precisamos estimular a criação das "comissões sindicais" nos locais de trabalho, para a permanente vigilância na defesa dos interesses da classe.

Precisamos estabelecer a participação do trabalhador no lucro da empresa, como deve ter participação em seus órgãos de administração, com o objetivo de contribuir para a maior harmonia de vistas e de trabalho entre empregadores e empregados.

Precisamos estabelecer a participação dos trabalhadores na administração dos fundos especificamente relacionados com o trabalho, com o FGTS, o PIS e o PASEP, impedindo que os recursos, provenientes de tais fundos, enriqueçam ainda mais os grupos econômicos apadrinhados, em detrimento dos assalariados em geral.

Na data em que comemoramos o aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas, nada mais oportuno do que recordar os incontáveis benefícios conquistados pelos trabalhadores durante o seu governo, como nada mais oportuno, também, do que pedir que Getúlio Vargas inspire, para o bem, os atuais donos do Poder, a fim de que o Brasil seja de fato e de direito uma ilha de paz social, pelo tratamento de igualdade e de justiça que a todos seja dispensado, para não esquecer as suas lapidárias palavras: "Só o amor constrói para a eternidade".

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O horário reservado para a Aliança Renovadora Nacional, hoje, seria ocupado integralmente pelo Sr. Deputado Basílio Zanusso. Todavia, numa sessão de três minutos, comparecemos a esta tribuna, apenas para dar ciência à Casa, e encaminhar oficialmente à Presidência expediente firmado pelos Membros que compuseram a Comissão Especial que foi solicitada, na segunda-feira da semana passada, pelo ilustre Deputado

José Antônio Del Ciel, a fim de que observasse e tentasse intermediar a crise havida no Hospital Universitário de Londrina.

Em síntese, o expediente está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

A Comissão Especial constituída por esta Casa Legislativa, com a missão de servir de intermediária na crise deflagrada no Hospital Universitário mantido pela Universidade Estadual de Londrina, esteve naquela cidade mantendo contatos e reuniões com os docentes e com dirigentes da F.U.E.L., buscando encontrar um denominador comum que pudesse por fim à crise.

Mantidos todos os contatos possíveis chegou-se à conclusão de que existe um ponto de absoluta intransigência de ambas as partes.

Admite a Universidade Estadual discutir todos os pontos aventados pelos docentes, condicionada a volta dos mesmos às atividades normais.

Por seu turno, aceitam os docentes retornar às atividades normais, com a condição de que na mesma oportunidade do retorno, seja revogada a portaria que demitiu os 5 (cinco) docentes, para que de imediato sejam promovidos processos para apurar da culpabilidade dos mesmos e comprovada a justa causa das demissões.

Inúmeras propostas foram levantadas, contudo o ponto básico está alicerçado exatamente na revogação das portarias de demissão.

Enquanto os docentes condicionam o retorno às atividades com a revogação das portarias e um amplo processo administrativo para justificar as demissões, a Universidade condiciona o retorno dos docentes, com o compromisso de não haver nenhuma punição aos participantes do movimento, prontificando-se a proceder em seguida uma análise das reivindicações da classe.

Em virtude de tais posicionamentos, entende esta comissão haver deparado com um detalhe até agora insuperável: a revogação ou não das portarias de demissão para que o diálogo tivesse lugar.

Nestas condições, qualquer proposta que fosse formulada por esta Comissão, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, teria uma conotação partidária, já que ficou evidentemente clara a posição de cada uma das partes.

Entendemos assim que a nossa missão foi cumprida, no sentido de tentar encontrar uma solução para o impasse surgido.

Independentemente do resultado final, entendemos a validade do trabalho realizado e da preocupação do Poder Legislativo dentro do campo de atuação que lhe era permitido atuar, uma vez que não é da competência desta Casa Legislativa — como Poder — proceder o julgamento do episódio.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1979.

(aa) DEL CIEL, DÁCIO LEONEL e RUBEN VALDUGA"

É o expediente que encaminhamos, neste instante, à Presidência, e agradecemos ao Sr. Deputado Basílio Zanusso que deverá, assim, utilizar o restante do tempo destinado à Liderança de nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário restante da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A Liderança é uma característica própria de cada homem público e de todo político. Ela pode ser conquistada, graças a um trabalho prolongado em atender o próximo. O trabalho realizado para uma camada social ou uma comunidade propicia ao seu autor esta condição de possuir seguidores, de ter admiradores e finalmente existe a liderança inatada de alguns homens públicos, de fundadores de religiões, doutrinadores, que atraem multidões graças a um imã especial que é um carisma.

O político é um líder, graças a seu trabalho, graças a sua dedicação ao semelhante e graças ao permanente servir a comunidade, ao letrado e ao humilde. Ninguém mais do que o político sabe disto, quando vai buscar apoio para alcançar a representação, quer no executivo quer no legislativo.

Esta Casa, já várias vezes ouviu críticas contundentes a respeito da liderança que erroneamente e maliciosamente vem sendo chamada de Comando Político. Digo erroneamente, porque comando não espontâneo, é forçado, digo maliciosamente porque os comandados, parece que são chamados de uma tropa inconsciente. Porisso a expressão Comando Político não pode ser aplicada com justeza a nenhum homem público.

Recentemente, os vereadores que buscam com seu trabalho corroborar com administrações municipais receberam o apelido depreciativo de "fiscais de quarteirão" e os deputados, especialmente os da situação o cognome de "agentes burocráticos dos serviços públicos". Certamente o nobre Deputado Edilson Alencar ao emitir tais conceitos, não ponderou o suficiente, pois ele também procura atender, também busca servir aqueles que deram a condição de legislador.

É óbvio que, entre as bases da sociedade e os escalões maiores da administração do Estado são necessários canais e pontes. Quem haveria de fazer esta ponte, senão o representante que o eleitor escolheu? Vivemos uma fase de nossa História em que o legislador perdeu muito da substância, em prol do Executivo que absorveu quase todos os segmentos. Porisso, há maior necessidade desta interligação que é feita através da liderança política. Tanto, nós da situação, quanto a oposição ao levantar sua voz de crítica, creio que por caminhos diferentes buscam atender aos seus liderados, aos seus admiradores, aos seus seguidores, em última instância aos seus eleitores.

Após criticar este trabalho que os deputados vêm buscar para suas comunidades que nele confiaram, o nobre Deputado Edilson Alencar teceu críticas contra o Prefeito de Terra Rica. Venho a esta tribuna para prestar esclarecimentos e fazer alguns reparos. Quanto ao povo que na opinião do nobre Deputado deveria "reescrever e revotar", isto já foi feito, porque graças a seu trabalho humilde, silencioso, ele já é prefeito pela segunda vez.

Quanto à "renúncia" e que movimento neste sentido já existiria naquele Município, quero informar que fiquei simplesmente surpreso. Aliás, aqui registro um fato curioso que tais movimentos existem em inúmeros municípios, como aquele anunciado em Manchete pela imprensa de Guarapuava. Isto é um fato, pois todo homem público possui seguidores e adversários. É óbvio que são os adversários que fazem nascer tais ondas, boatos e trazem apenas perturbação a qualquer administração.

Não há paralização das atividades e não há "desadministração", em Terra Rica. Há dificuldades, os recursos são poucos, mas isto não é privilégio daquele município e existe união de esforços das lideranças municipais, estaduais e federais, tanto da ARENA, quanto do MDB, para dar nova sistemática, nova distribuição de recursos tanto aos Estados, como aos municípios. Nisto sim, todos deveríamos nos dar as mãos e trabalhar para que venha a reformulação tributária nacional.

Em vista destas dificuldades, pois a arrecadação municipal de fevereiro de 77 a março de 79 atingiu Cr\$ 10.383.000,00, gera problemas em todos os setores da administração, igualmente quanto ao pagamento de seus servidores.

Assim mesmo conseguiu adquirir equipamentos, construir pontes e bueiros, melhorar o abastecimento de água, melhoria de iluminação pública, compra de veículos para a administração, aquisição de terrenos, atendimento às estradas municipais.

Quanto ao Governo do Estado, ele se fez presente através de convênios, aplicando uma importância de mais de seis milhões de cruzeiros, distribuídos na construção de 19 salas de

aula, pavimentação de vias urbanas, construção da Delegacia e Agência de Rendas, cancha de esportes e auxílios para Educação e para Assistência Social."

Portanto, não merece o Prefeito de Terra Rica ser alcunhado de inepto e incapaz para a função. Julguei necessário e indispensável prestar estes esclarecimentos, para que não ficasse pairando a dúvida a respeito desta pessoa simples e humilde que vem fazendo mais que o possível para trazer melhorias e benefícios para os moradores e munícipes de Terra Rica."

Senhor Presidente e Senhores Deputados, na ocasião que o Deputado Edilson Alencar assumiu esta tribuna para fazer referências ao prefeito e à administração municipal de Terra Rica, eu não me encontrava naquela oportunidade, nesta Casa, não me sendo possível então prestar talvez em aparte, estes esclarecimentos. Não poderia deixar de vir aqui, agora para dizer que o Prefeito de Terra Rica, Sr. Nelson Galdino já no exercício da administração municipal daquele município pela segunda vez, é um homem honrado, dinâmico, trabalhador e com sacrifícios enormes, sacrifícios exigidos de todos os prefeitos brasileiros, pela escassez de seus recursos, faz uma administração belíssima, dinâmica, procurando atender as necessidades mais prementes daquele progressista município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passe-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Solicitaria de V. Ex.^a mandar proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados, há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Fundação Alberto e Regina Diedrichs", com sede e foro na cidade de Imbituva. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro", com sede e foro na cidade de Castro, neste Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Escola de Pais do Brasil", Seção de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo de Mensagem Governamental n.º 160/78, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 05/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 06/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de MARILENA e SÃO TOMÉ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 16/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, e a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 25/79, que aprova convênio celebrado entre os Governos Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a SUDESUL e os estabelecimentos bancários que especifica, objetivando mútua colaboração para o desenvolvimento coordenado do Setor Metal-Mecânico da Região Sul. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a V. Ex.^a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Responderam a chamada nominal, 31 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 31/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os Municípios de Paranaguá, Marilândia e Altônia, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 10/79, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 15 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado** o Projeto de Resolução n.º 10/79.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, com o apoio do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pio Gomes de Oliveira, ocorrido na cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Lauro Pinaffe, ocorrido em Itaguagé. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 51/79. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Federação Paranaense de Futebol, pela inauguração de sua nova sede. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, pela nova regulamentação da profissão de jornalista. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à equipe de Beisebol de Nova Esperança, que conquistou o Campeonato Paranaense de Beisebol. — **Aprovado.**

O SR. DENI SCHWARTZ — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Basílio Zanusso, queiram levantar-se. (Pausa).

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem os devidos lugares, para facilitar a contagem dos votos.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

A Mesa consulta ao Sr. Deputado Del Ciel e ao Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi como votam?

O SR. DEL CIEL — Em branco.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Em branco.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa aos nobres Deputados que, regimentalmente, não existe o voto em branco no caso desta matéria.

O Deputado é favorável ou contrário. Sr. Deputado Del Ciel?

O SR. DEL CIEL — Retiro-me do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Deputado Carlos Zanlorenzi?

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — 4 Srs. Deputados aprovam; 11 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando, outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATA DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado José Antônio Del Ciel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 151/78 - de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE, com sede na cidade de Nova Esperança. PROJETO DE LEI N.º 159/79 - de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE SÃO JOSÉ DO RIO VERDE ACIMA, com sede na cidade de Araucária. PROJETO DE LEI N.º 167/78 - de autoria do Deputado Werner Wandler, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PALOTINA - A.P.M.I. PROJETO DE LEI N.º 169/78 - de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a GUARDA-MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. PROJETO DE LEI N.º 179/78 - de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA IRMÃO CLÓVIS JUNQUEIRA, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 194/78 - de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA, com sede e foro na cidade de Guarapuava. PROJETO DE LEI N.º 07/79 - de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de Coronel Vivida. PROJETO DE LEI N.º 10/79 - de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA, com sede e foro na cidade de Rolândia. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/79 - de autoria dos Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezzi, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno. — **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Lélcio G. Sotto Maior — Secretário